



30118111



08020.007945/2024-10



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Senasp/MJSP Nº 73/2024

Processo Nº 08020.007945/2024-10

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, REPRESENTADO PELA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, E O CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A **União**, por intermédio do **Ministério de Justiça e Segurança Pública**, representado pela **Secretaria Nacional de Segurança Pública**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, Brasília/DF, CEP 70.064-900, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.494/0005-60, doravante denominada SENASP, neste ato representada pelo **Secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Luiz Sarrubbo**, nomeado pela Portaria n.º 281, publicada no Diário Oficial da União em 05 de março de 2024, Edição 44, Seção 2, página 1, portador do CPF nº ***.117.598-**, domiciliado na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, Brasília/DF, CEP 70297-400, e o **Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF**, órgão inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 36.321.509/0001-83, criado pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e reestruturado pela Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, dotado de autonomia técnica e operacional, atuante em todo o território nacional e vinculado administrativamente ao Banco Central do Brasil - BCB, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2, Edifício UniBC, Brasília/DF, neste ato representado por seu **Presidente, Ricardo Lião**, matrícula SIAPE nº 1018195, nomeado por meio da Portaria BCB nº 104.340, de 20 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2019.

RESOLVEM celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA com a finalidade de promover ações de interesse comum, notadamente de estratégias e ações que visem ao combate à criminalidade organizada, por meio do intercâmbio de conhecimentos e da promoção da qualificação técnica de servidores policiais em matéria de Inteligência Financeira, tendo em vista o que consta dos Processos n. 11893.000596/2024-32 (COAF) e 08020.007945/2024-10 (MJSP), e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de março de 2024, e na legislação correlacionada à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, mediante as cláusulas e condições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução de ações de interesse comum, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, com os seguintes objetivos:

- I - promover e aperfeiçoar a qualificação técnica de servidores policiais em matéria de inteligência financeira;

- II - viabilizar o aumento da capacidade de produção de conhecimento em inteligência financeira;
- III - aumentar a efetividade de investigações sobre lavagem de dinheiro (LD), notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas;
- IV - viabilizar assessoramento técnico para aprimoramento da produção e tratamento de conhecimento em inteligência financeira em investigações sobre lavagem de dinheiro (LD), notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas; e
- V - viabilizar o intercâmbio de conhecimentos, experiências e informações de inteligência estratégica entre os partícipes, visando à descapitalização de organizações criminosas.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

3.1. Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) executar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) realizar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
- k) observar o dever de sigilo ou de restrição de acesso incidente sobre informação disponibilizada ao amparo deste Acordo, nos termos especificados na CLÁUSULA NONA - DO SIGILO E DAS MEDIDAS DE SALVAGUARDA;
- l) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- m) observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo;
- n) empregar os esforços necessários à consecução do objeto deste instrumento, por meio da mobilização de seus agentes e serviços, de suas unidades, bem como pela

busca de outras instituições que possam cooperar com as atividades desenvolvidas;

o) fomentar a capacitação e o treinamento de recursos humanos para atuar na área de inteligência financeira; e

p) realizar reuniões de trabalho, encontros e videoconferências nas matérias relacionadas ao presente Acordo de Cooperação Técnica.

3.2. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

3.3. O COAF e a Senasp zelarão pelo alinhamento das ações objeto deste Acordo aos projetos, programas e políticas públicas, cujos objetivos sejam a integração e o aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira das forças de segurança pública, com ciclos de capacitação e troca de conhecimentos.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

4.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) selecionar, indicar e mobilizar, após anuência prévia do COAF, os servidores policiais que participarão das ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira;

b) adotar as providências necessárias para a disponibilização dos servidores policiais mobilizados, pelo período de pelo menos 1 (um) ano;

c) compartilhar com o COAF, ressalvados os aspectos legais de sigilo, conhecimentos, padrões, métodos, tendências, tipologias e outras informações relativas à lavagem de dinheiro (LD), notadamente em relação a práticas envolvendo organizações criminosas;

d) estimular junto às autoridades policiais competentes o fornecimento de *feedback* sobre os relatórios de inteligência financeira encaminhados pelo COAF, bem como sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e outras informações relativas à lavagem de dinheiro (LD), compartilhados nos termos previstos neste Acordo; e

e) viabilizar junto a outros órgãos e instituições, no que couber e nos limites deste Acordo, meios necessários ao cumprimento de seu objeto.

4.2. Quando servidor policial mobilizado não puder continuar a desempenhar a incumbência, tal fato deverá ser comunicado pela Senasp ao COAF em até 05 (cinco) dias anteriores à impossibilidade verificada, devendo sua substituição ocorrer no menor prazo possível; e

4.3. A indicação de substituto de servidor policial mobilizado deverá seguir os mesmos procedimentos da indicação inicial e a contagem do prazo de permanência será reiniciado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

5.1. Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Conselho de Controle de Atividades Financeiras:

a) receber indicações e selecionar servidores policiais indicados pela Senasp para desenvolvimento das ações objeto deste Acordo;

b) oferecer estrutura física adequada aos servidores selecionados para atuarem nas ações objeto deste Acordo;

c) apresentar o servidor policial mobilizado ao término de sua participação nas ações objeto deste Acordo;

- d) capacitar os servidores policiais selecionados e mobilizados pela Senasp na produção de inteligência financeira;
- e) disciplinar a gestão das atividades, o acesso e o uso de ferramentas, *softwares* e bases de dados das ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira, vinculadas a este Acordo;
- f) produzir inteligência financeira voltada aos objetivos do Acordo, disseminando às autoridades competentes para adoção das medidas cabíveis no âmbito de suas atribuições institucionais;
- g) aperfeiçoar os métodos e processos de produção de inteligência financeira a partir dos resultados colhidos nas ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira, vinculadas a este Acordo;
- h) compartilhar com a Senasp, ressalvados os aspectos legais de sigilo, conhecimentos, padrões, métodos, tendências, tipologias e outras informações relativas à lavagem de dinheiro (LD), notadamente em relação a práticas envolvendo organizações criminosas; e
- i) preparar os servidores policiais mobilizados para atuarem como difusores de métodos e processos de produção de inteligência financeira, notadamente por meio de participação em eventos de capacitação promovidos pelo COAF e pela Senasp.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- 6.1. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente Acordo de Cooperação Técnica, cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, preferencialmente servidores públicos, para acompanhar a execução e o cumprimento de seu objeto.
- 6.2. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.
- 6.3. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

- 7.1. As metas e resultados, atividades, fluxo de atuação, metodologia e local de execução e cronograma de implementação do presente Acordo estão inseridas no Plano de Trabalho, cabendo aos partícipes o seu cumprimento, objetivando a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos respectivos.
- 7.2. Caberá à Senasp a indicação de servidores policiais para participação nas ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira.
- 7.3. O COAF receberá as indicações e procederá a seleção dos servidores policiais indicados.
- 7.4. Os servidores policiais mobilizados selecionados serão apresentados ao COAF, mediante ofício do Secretário Nacional de Segurança Pública, com prazo de disponibilização mínimo de 01 (um) ano, prorrogável uma única vez.
- 7.5. Os servidores policiais mobilizados selecionados assinarão o Formulário de Identificação e o Termo de Compromisso, anexo II deste Acordo, que acompanhará o respectivo ofício de apresentação, o qual também será subscrito pelos partícipes.
- 7.6. O COAF comunicará formalmente à Senasp a área de atuação de cada servidor policial indicado, bem como toda e qualquer alteração de alocação que venha a ocorrer durante a disponibilização do servidor.
- 7.7. As atividades dos servidores policiais mobilizado nas ações aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira serão coordenadas e supervisionadas pelo COAF, devendo o participante observar as normas de organização e funcionamento da instituição e se comprometer, mediante Termo de Confidencialidade, a manter o sigilo sobre as informações que tiver acesso, na forma da legislação vigente.

7.8. Os servidores policiais mobilizados poderão ser indicados a participar de eventos de capacitação e reuniões de trabalho nacionais ou internacionais, com custos eventualmente decorrentes arcados pelo COAF ou pela Senasp, conforme o interesse dos partícipes, bem como adoção das pertinentes medidas administrativas relacionadas à concessão de diárias e passagens e à eventual autorização para afastamento do País.

7.9. É facultado aos partícipes, solicitar, a qualquer tempo, mediante manifestação formal, a exclusão de servidores policiais mobilizados participantes das ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira, sem prejuízo da continuidade do Acordo de Cooperação Técnica.

7.10. Compete à Senasp a administração dos servidores mobilizados participantes, garantindo o cumprimento das normas vigentes aplicáveis.

7.11. O COAF informará à Senasp, por escrito, as faltas, atrasos e eventuais outras ocorrências que envolvam servidores policiais mobilizados.

7.12. Ao término da participação do servidor policial mobilizado, o COAF deverá apresentá-lo à Senasp, mediante ofício de seu Presidente, observando o prazo de disponibilização inicial.

7.13. Eventuais prorrogações seguirão o mesmo fluxo, mediante comunicação formal entre as autoridades que subscrevem este Acordo de Cooperação Técnica.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO PESSOAL

8.1. Não se estabelecerá, em razão do presente Acordo de Cooperação Técnica, qualquer vínculo de natureza laboral (estatutário, trabalhista ou de prestação de serviços) e, conseqüentemente, não serão devidos quaisquer ônus remuneratórios ou encargos de seguridade social, que ficarão a cargo dos partícipes, única e exclusivamente, em relação aos integrantes dos seus respectivos quadros de pessoal.

9. CLÁUSULA NONA - DO SIGILO E DAS MEDIDAS DE SALVAGUARDA

9.1. O fornecimento de informações ao amparo do presente Acordo implica transferência de deveres legais ou contratuais de sigilo ou de restrição de acesso que porventura incidam, ainda quando não obstem tal fornecimento, sobre as informações fornecidas.

9.2. As informações alcançadas por deveres de sigilo ou de restrição de acesso, devem ser indicadas pelo partícipe que as forneça, inclusive quando decorrentes de eventual ato de classificação na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou dos deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), sem prejuízo da responsabilidade do partícipe que receba as informações de observar os deveres de sigilo ou de restrição de acesso, independentemente da mencionada indicação, quando seu conhecimento a respeito puder ser comprovado ou presumido por outras razões de fato ou de direito.

9.3. Fica expressamente vedada a utilização ou divulgação, na forma de artigos técnicos, publicações e outros, de qualquer informação obtida com base neste Acordo, salvo para o cumprimento das funções institucionais dos partícipes ou quando ambos conferirem autorização expressa.

9.4. A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica, quando expressamente autorizada, deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

9.5. A inobservância de dever de sigilo ou de restrição de acesso incidente sobre informação disponibilizada ao amparo deste Acordo sujeita o infrator às sanções penais, cíveis e administrativas previstas na legislação e eventual indício da ocorrência desse tipo de inobservância pode ensejar, a critério de qualquer dos partícipes, a rescisão imediata deste instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISCIPLINA

10.1. No caso de inobservância dos termos do presente Acordo de Cooperação Técnica, ou de normas legais ou administrativas, os partícipes prestarão, entre si, toda a assistência necessária à apuração dos fatos, inclusive quanto ao fornecimento de dados funcionais, esclarecimentos recíprocos, elementos probatórios e declarações dos envolvidos ou de terceiros.

10.2. Quando necessário, o COAF viabilizará junto ao órgão correccional competente as condições para apuração preliminar de irregularidades que envolvam servidores policiais mobilizados, dando conhecimento dos fatos à Senasp para adoção de providências eventualmente cabíveis.

10.3. Se entender cabível, a Senasp, independentemente dos procedimentos adotados pelo órgão correccional competente, poderá instaurar procedimentos administrativos para apurar indícios de possíveis faltas e desvios de conduta praticados por servidores policiais mobilizados.

10.4. No caso de indícios de possíveis faltas e desvios de conduta de servidores policiais mobilizados, independentemente dos procedimentos adotados pelo órgão correccional competente, qualquer dos partícipes poderá solicitar seu desligamento imediato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

11.1. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

11.2. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

11.3. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS HUMANOS

12.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPIES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe, notadamente em relação a vínculos de natureza laboral (estatutário, trabalhista ou de prestação de serviços) e, conseqüentemente, não serão devidos quaisquer ônus remuneratórios ou encargos de seguridade social, que ficarão a cargo dos partícipes, única e exclusivamente, em relação aos integrantes dos seus respectivos quadros de pessoal.

12.2. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Acordo e por prazo determinado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1. O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ENCERRAMENTO

15.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

b) por denúncia de qualquer dos partícipes que não tiver mais interesse na manutenção da parceria, devendo o outro partícipe ser notificado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e

d) por rescisão.

15.2. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

15.3. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, os partícipes avaliarão a conveniência e oportunidade de estabelecerem acordo para cumprimento de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e

b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Os PARTÍCIPES deverão publicar o Acordo de Cooperação Técnica na página de seus respectivos sítios oficiais na internet, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua assinatura.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS**

18.1. Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados:

a) periódico: a cada 12 (doze) meses;

b) final: no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

19.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

20.1. Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por consentimento, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

20.2. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do (Estado ou Distrito Federal), nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

20.3. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

MARIO LUIZ SARRUBBO
Secretário Nacional de Segurança Pública

RICARDO LIÃO
Presidente do Conselho de Controle de
Atividades Financeiras



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LIAO, Usuário Externo**, em 27/12/2024, às 16:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 27/12/2024, às 17:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30118111** e o código CRC **05B3C2CF**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 73/2024

Plano de Trabalho referente ao Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024, firmado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF

1. DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP

CNPJ: 00.394.494/0005-60

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Brasília – DF

CEP: 70064-900

DDD/Fone: (61) 2025-9093

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: MARIO LUIZ SARRUBO

Cargo/função: Secretário Nacional de Segurança Pública

PARTÍCIPE 2: CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF

CNPJ: 36.321.509/0001-83

Endereço: Setor de Clubes Esportivo Sul (SCES), Trecho 2, nº 2, Conjunto nº 31, Asa Sul, Brasília/DF

CEP: 70.200-002

DDD/Fone: (61) 3414-1108

Esfera Administrativa Federal

Nome do responsável: RICARDO LIÃO

Cargo/função: Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O presente Plano de Trabalho tem por finalidade detalhar o objeto, as justificativas, as metas, as etapas, gerenciamento e o cronograma de execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), por meio de ações de interesse comum relacionadas às competências dos partícipes e nos termos das legislações vigentes.

3. DIAGNÓSTICO

3.1. A lavagem de dinheiro está diretamente relacionada às atividades de organizações criminosas. Ela consiste em práticas econômico-financeiras qualificadas em dissimular ou ocultar a origem ilícita dos ativos financeiros (dinheiro e bens patrimoniais), apresentando-os como se lícitos fossem. Os recursos ilícitos auferidos pelas organizações criminosas são utilizados para financiar a sua própria atuação e a prática de outros crimes. Nessa seara, com uma estrutura organizacional e divisão de tarefas muito bem definidas, constata-se que as organizações criminosas têm demonstrado um amadurecimento gerencial, que pode ser comprovado pela constante evolução e modificação das estratégias e táticas por elas utilizadas com o objetivo de conquistar e manter o monopólio do crime.

3.2. Diante da evolução e complexidade das organizações criminosas, torna-se evidente que abordagens isoladas e desconexas são insuficientes para combater efetivamente esses grupos, que operam em múltiplas frentes, desde o narcotráfico até a exploração de serviços básicos.

3.3. Esta nova dinâmica dos grupos criminosos impõe ao Estado o dever de modernizar seus métodos e potencializar suas capacidades reais de trabalho. Assim, o país, diante dessa realidade violenta, tem investido em políticas públicas efetivas calcadas no trabalho de inteligência, mediação de conflitos e, sobretudo, na prevenção social ao crime organizado.

3.4. Nesse contexto, é imperativo que as instituições de combate ao crime se alinhem e trabalhem de forma integrada e coordenada, notadamente segundo abordagem sistêmica e com foco em ações que busquem tratar as causas do fenômeno da criminalidade organizada.

3.5. Assim, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, na condição de órgão central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) do País, busca, por meio de políticas públicas, de projetos e/ou de ações, sobretudo com a integração e capacitação, proporcionar meios às agências de inteligência para que trabalhem em conjunto e de maneira colaborativa com vistas ao aumento da efetividade do combate à criminalidade, incluindo o combate à lavagem de capitais e às organizações criminosas.

3.6. Além disso, com fulcro nesta contextualização e nas necessidades básicas apresentadas pelos Estados, inserem-se as iniciativas em curso na Senasp voltadas ao incremento da utilização da inteligência financeira e ao fortalecimento da cooperação e articulação institucionais. Como exemplos de tais ações inovadoras, merecem destaques a estruturação de redes para recuperação de ativos, a colaboração com entes federados em investigações financeiras, além do aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira.

3.7. Por outro lado, cabe ao COAF, nos termos do art. 14, § 2o, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

3.8. Nessa linha, o COAF tem buscado fortalecer as parcerias institucionais, por meio de iniciativas que visem a reforçar a importância da produção de inteligência financeira, com foco na prevenção à lavagem de dinheiro, para os trabalhos de desestruturação financeira de organizações criminosas, a exemplo das mencionadas iniciativas empreendidas pela Senasp, voltadas à asfixia financeira, através do combate a crimes financeiros e à lavagem de dinheiro.

3.9. Assim, tais iniciativas, entre outras ações estratégicas da Senasp e do COAF, pressupõem o estreitamento das parcerias e a convergência de esforços institucionais, contexto em que se insere o Acordo de Cooperação Técnica de que trata o presente Plano de Trabalho, voltado ao intercâmbio de conhecimentos e à promoção da qualificação técnica de servidores policiais em matéria de Inteligência Financeira, a fim de aprimorar as ações de enfrentamento às organizações criminosas por meio do ataque direto aos seus núcleos financeiros.

3.10. Nesse contexto, como recurso adicional que pode contribuir no enfrentamento dos crimes de lavagem de dinheiro, o presente ACT, proporcionará aos servidores policiais mobilizados as necessárias vivência e imersão na prática diária dos trabalhos de produção de inteligência financeira executados no COAF, associadas a posterior experiência de aplicarem e disseminarem os conhecimentos adquiridos em análises de inteligência financeira.

4. ABRANGÊNCIA

4.1. As ações, objeto do Acordo tratado neste Plano de Trabalho, inserem-se no contexto das competências institucionais dos partícipes, notadamente em consonância:

I - ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1988, dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, estabelece que o COAF deverá coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores;

II - à Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade; e

III - às iniciativas em curso na Senasp, voltadas ao incremento da utilização da inteligência financeira e ao fortalecimento da cooperação e articulação institucionais.

4.2. Nesse sentido, o combate às organizações criminosas atuantes no estado brasileiro demanda uma abordagem multiforme, considerando a amplitude das atividades desses grupos. O Acordo de Cooperação Técnica emerge como um instrumento de suma importância, unindo esforços, recursos e competências para implementar ações estratégicas e integradas para intensificar o enfrentamento e a descapitalização do crime organizado. Ao formalizar tal acordo, as instituições envolvidas poderão trocar conhecimentos e experiências, ressalvado os aspectos legais de sigilo, sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e outras informações relativas à lavagem de dinheiro, em especial as relacionadas a organizações criminosas, cujas atuações apresentam repercussão em âmbito nacional.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. Em relação à legislação, o Acordo de Cooperação Técnica e este Plano de Trabalho está alicerçado nas premissas elencadas a seguir.

5.2. A inteligência contemporânea do Brasil foi criada em 1999, por meio da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), e no ano seguinte foi criado o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp), por meio do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, que estabeleceu uma espécie de recorte temático com ênfase para o assunto segurança pública, *in verbis*:

a) Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN – Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999

"Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional."

b) Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) – Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000

"Art. 1º Fica criado, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo.

Art. 2º Integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Defesa e da Integração Nacional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º O órgão central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública é a **Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça**.

§ 2º Nos termos do § 2º do art. 2º da Lei no 9.883, de 1999, poderão integrar o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública os órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.

§ 3º Cabe aos integrantes do Subsistema, no âmbito de suas competências, identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza." (grifo nosso)

5.3. No que se refere à análise de normas e atribuições do Ministério da Justiça e Segurança Pública, as quais são executadas pela Senasp, destacam-se os seguintes aspectos:

a) LEI do SUSP - A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), sendo regulamentada pelo Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, cuja finalidade é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. A referida lei estabeleceu que o Ministério da Justiça e Segurança Pública é o responsável pela gestão, pela coordenação e pelo acompanhamento do Susp, devendo orientar e acompanhar as atividades dos órgãos integrados, além de promover diversas ações, conforme abaixo transcrito:

"Art. 3º O Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável pela gestão, pela coordenação e pelo acompanhamento do Susp, orientará e acompanhará as atividades dos órgãos integrados ao Sistema, além de promover as seguintes ações: (Redação dada pelo Decreto nº 9.876, de 2019)

(...)

III – efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os órgãos policiais federais, estaduais, distrital e as guardas municipais;

V – promover a qualificação profissional dos integrantes da segurança pública e defesa social, especialmente nos âmbitos operacional, ético e técnico-científico;

VII – coordenar as atividades de inteligência de segurança pública e defesa social integradas ao Sistema Brasileiro de Inteligência; e

VIII – desenvolver a doutrina de inteligência policial. (...)

§ 2º No desempenho das competências de que tratam os incisos VII e VIII do caput, o Ministério da Justiça e Segurança Pública manterá sistemas destinados à coordenação, ao planejamento e à integração das atividades de inteligência de segurança pública e defesa social e de inteligência penitenciária no território nacional e ao assessoramento estratégico dos Governos federal, estaduais, distrital e municipais, com informações e conhecimentos que subsidiem a tomada de decisões nesse âmbito. (Redação dada pelo Decreto nº 9.876, de 2019)."

5.4. Nos aspectos relacionados à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), conforme a Lei nº 13.675, de 2018, especialmente quanto às suas diretrizes e objetivos, todos alinhados à proposta de cooperação sob análise. Confira-se:

"Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:

...

II – planejamento estratégico e sistêmico;

....

IV – atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana;

V – coordenação, cooperação e colaboração dos órgãos e instituições de segurança pública nas fases de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, respeitando-

se as respectivas atribuições legais e promovendo-se a racionalização de meios com base nas melhores práticas;

...

VII – fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

VIII – sistematização e compartilhamento das informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas, em âmbito nacional;

...

XI – padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de equipamentos de interesse da segurança pública;

XXIII – uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos;

...

Seção IV

Dos Objetivos

Art. 6º São objetivos da PNSPDS:

I – fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes;

II – apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III – incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

.....

VII – promover a interoperabilidade dos sistemas de segurança pública;

VIII – incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização para a repressão aos crimes transfronteiriços;

IX – estimular o intercâmbio de informações de inteligência de segurança pública com instituições estrangeiras congêneres;

X – integrar e compartilhar as informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas;

....

XVII – fomentar ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção;

XVIII – estabelecer mecanismos de monitoramento e de avaliação das ações implementadas;"

5.5. O Decreto nº 11.348, 1º de janeiro de 2023, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública e estabelece as competências prevê:

"Art. 24. À Secretaria Nacional de Segurança Pública compete:

I - Assessorar o Ministro de Estado:

a) na articulação, na proposição, na formulação, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de políticas, de estratégias, de planos, de programas e de projetos de segurança pública e defesa social;

...

c) nas atividades de inteligência e operações policiais, com foco na integração com os órgãos de segurança pública internacionais, federais, estaduais, municipais e distritais;

...

e) na articulação intersetorial de políticas públicas de prevenção à violência e ao crime;

II - estimular, propor, promover e coordenar a integração da segurança pública e defesa social no território nacional, em cooperação com os entes federativos, incluídas as organizações governamentais e não governamentais;

III - implementar, manter e modernizar redes de integração de banco de dados e de sistemas nacionais de informações de segurança pública e defesa social;

...

X - implementar, manter e modernizar redes de integração e de sistemas nacionais de inteligência de segurança pública, em conformidade com disposto na [Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018](#);

XI - promover a integração das atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais, municipais e distritais que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública;

...

XIII - estimular e induzir a investigação de infrações penais, de maneira integrada e uniforme com as polícias federal e civis; e"

5.6. A Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei e cria o Conselho de Atividades Financeiras (COAF). Esta lei teve a sua maior alteração promovida pela Lei nº 14.478/2022, a fim de incluir as prestadoras de serviços de ativos no rol de suas disposições e, além disso, o instrumento foi alterado para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. O avanço da legislação ampliou as possibilidades de atuação das polícias judiciárias, às quais compete a apuração desses crimes. A Lei prevê, ainda, no seu art.14, parágrafo segundo, que o COAF coordene e proponha mecanismos de cooperação e de troca de informações para viabilizar ações rápidas e eficientes no combate à lavagem de dinheiro, *in verbis*:

"O COAF deverá, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores."

6. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

6.1. Objetivo geral:

6.1.1. Aperfeiçoar a produção de conhecimento em inteligência financeira em cooperação com o COAF, cujo propósito converge com a missão institucional dos partícipes, notadamente para o enfrentamento da criminalidade organizada, por meio de ações voltadas ao enfrentamento à lavagem de dinheiro e à descapitalização de organizações criminosas.

6.2. Objetivos específicos:

I - promover e aperfeiçoar a qualificação técnica de servidores policiais em matéria de Inteligência Financeira;

II - viabilizar o aumento da capacidade de produção de conhecimento em Inteligência Financeira;

III - aumentar a efetividade de investigações sobre lavagem de dinheiro (LD), notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas;

IV - viabilizar assessoramento técnico para aprimoramento da produção e tratamento de conhecimento em inteligência financeira em investigações sobre lavagem de dinheiro (LD), notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas; e

V - viabilizar o intercâmbio de conhecimentos, experiências e informações de inteligência estratégica entre os partícipes, visando a descapitalização de organizações criminosas.

7. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

7.1. Metas e Resultados Gerais

7.1.1. São metas e resultados esperados pelos partícipes no curso da execução das ações pactuadas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024 e deste Plano de Trabalho, o

aperfeiçoamento:

- I - de políticas, ações e procedimentos relacionados a investigações sobre lavagem de dinheiro, notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas;
- II - do fluxo de dados e informações, ressalvados os aspectos legais de sigilo, sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e processos relativos à lavagem de dinheiro, notadamente em relação a práticas envolvendo organizações criminosas;
- III - do processo de produção do conhecimento em inteligência financeira voltada aos objetivos do Acordo, bem como de sua disseminação às autoridades competentes para adoção das medidas cabíveis no âmbito suas atribuições institucionais;
- IV - de análises e estudos estratégicos voltados aos objetivos do Acordo, inclusive com vistas à propositura de leis e normas infralegais destinadas ao fortalecimento do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro nacional;
- V - dos mecanismos de qualificação de servidores policiais durante o desenvolvimento do Programa tratado neste instrumento;
- VI - do assessoramento ao processo decisório de inteligência financeira em âmbito nacional;
- VII - das capacidades e dos resultados da atividade dos órgãos de persecução penal;
- VIII - da cooperação entre instituições/agências de segurança pública;
- IX - da padronização e nivelamento da produção de conhecimento e o intercâmbio de informações sobre inteligência financeira; e
- X - das ferramentas proporcionadas aos órgãos de segurança pública para o combate aos crimes de lavagem de dinheiro e da criminalidade organizada.

7.2. Resultados Específicos:

7.2.1. Quando da execução das ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira, previstas do Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024 e deste Plano de Trabalho, as atividades do servidor policial mobilizado deverão estar alinhadas, notadamente, à obtenção dos seguintes resultados:

- I - **Resultado Institucional:** qualificação técnica do servidor mobilizado pela Senasp e melhoria de suas capacidades investigativas em matéria de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de forma que, ao retornarem aos órgãos de origem, possam reproduzir e compartilhar em seus âmbitos os conhecimentos adquiridos em benefício da implementação de procedimentos congêneres ou complementares para aperfeiçoamento de mecanismos de cooperação interinstitucional no desenvolvimento de investigações, notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas;
- II - **Resultado Operacional:** desenvolvimento e o aprimoramento de atividades operacionais relacionadas a prevenção e combate à lavagem de dinheiro, por meio da produção de conteúdo de uso prático, a exemplo de documentos, estudos, modelos, metodologias, tecnologias e sistemas utilizados pelo COAF e/ou pela Senasp para o cumprimento de suas atribuições institucionais;
- III - **Resultado Sistêmico:** consolidação dos canais de comunicação, de cooperação e de interação entre instituições atuantes em investigação sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro, notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas; e
- IV - **Resultado Estratégico:** aperfeiçoamento do processo de produção do conhecimento em inteligência financeira, bem como de sua disseminação às

autoridades competentes para adoção das medidas cabíveis no âmbito suas atribuições institucionais.

8. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

8.1. Com o novo Acordo de Cooperação Técnica, novas mobilizações de servidores policiais civis serão realizadas pela Senasp, cabendo ao COAF receber as indicações e selecionar os servidores policiais para o desenvolvimento das ações objeto deste Acordo, pelo período de 1 (um) ano, prorrogável uma única vez. A disponibilização de servidores mobilizados acontecerá conforme disponibilidade orçamentário e planejamento, com o devido alinhamento nas ações de aperfeiçoamento de produção de conhecimento em inteligência financeira promovidas pela Senasp.

8.2. Durante o período de atuação junto ao COAF, o servidor policial mobilizado desempenhará atividades específicas, será capacitado na temática de inteligência financeira, atuará sob acompanhamento e será avaliado, nos termos a seguir.

8.3. Atividades dos Servidores Policiais Mobilizados pela Senasp

8.3.1. São atividades específicas a serem desenvolvidas pelos servidores policiais mobilizados pela Senasp, no âmbito do COAF, dentre outras necessárias ao fiel cumprimento do presente instrumento de cooperação:

- I - analisar e contribuir para o aprimoramento da análise das comunicações de operações financeiras encaminhadas ao COAF em cumprimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.613, de 1998;
- II - analisar e propor normas e regulamentos no âmbito do COAF, voltadas aos objetivos do Acordo, com vistas ao fortalecimento do sistema de prevenção e combate à lavagem de dinheiro nacional;
- III - contribuir para o processo de elaboração e difusão de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), no interesse das ações pactuadas no âmbito do Acordo e deste Plano de Trabalho;
- IV - exercer o papel de interlocutor entre o COAF e a Senasp nos assuntos de interesse comum;
- V - estimular o intercâmbio de conhecimentos, ressaltados os aspectos legais de sigilo, sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e processos relativos à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), notadamente em relação a práticas envolvendo organizações criminosas;
- VI - identificar oportunidades de parceria no curso da execução das ações pactuadas no âmbito do Acordo e deste Plano de Trabalho, levando em conta o âmbito de atuação da Senasp e seus objetivos estratégicos, contribuindo com a apresentação de propostas de interação entre a Secretaria e outros órgãos atuantes em investigações sobre lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas, bem como com seus respectivos componentes organizacionais de inteligência, a fim de estabelecer um amplo e sistemático fluxo de dados para produção de conhecimento de inteligência financeira;
- VII - colaborar, quando demandado, na interação e no intercâmbio de informações, voltadas aos objetivos do Acordo, com órgãos congêneres do COAF em outros países;
- VIII - interagir, quando solicitado, com instituições públicas e privadas, no interesse das ações pactuadas no âmbito do Acordo e deste Plano de Trabalho;
- IX - participar, quando solicitado, de eventos e reuniões de trabalho, promovidos pela Senasp, sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e processos relativos à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de

destruição em massa (PLD/FTP), notadamente em relação a práticas envolvendo organizações criminosas;

X - participar, quando convidado, e no interesse das ações pactuadas no âmbito do presente instrumento de cooperação, de reuniões, discussões e seminários nacionais ou internacionais que tenham em suas programações, apresentações, análises ou debates sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e processos relativos à lavagem de dinheiro; e

XI - participar, quando convidado, e no interesse das ações pactuadas no âmbito do presente instrumento de cooperação, de comissões e grupos de trabalhos destinados à produção de estudos conduzidos por foros ou organismos internacionais.

8.4. **Qualificação profissional**

8.4.1. Os servidores policiais mobilizados para participação das ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira desenvolverão atividades com o objetivo de promover a melhoria de suas capacidades investigativas nesta temática, de forma que, ao retornarem aos órgãos de origem, possam reproduzir em seus âmbitos os conhecimentos adquiridos em benefício da implementação de procedimentos congêneres ou complementares para aperfeiçoamento de mecanismos de cooperação interinstitucional no desenvolvimento de investigações de lavagem de dinheiro, notadamente quando relativas a ilícitos praticados por organizações criminosas.

8.5. **Fluxo de Atuação**

8.5.1. No curso da execução das ações pactuadas no âmbito do Acordo, no interesse do atingimento das metas e resultados estabelecidos no item 8 deste Plano de Trabalho, deverá ser observado pelos partícipes o seguinte fluxo de atuação:

I - A Senasp encaminhará ao COAF dados e informações vinculados a ilícitos criminais que mereçam ser analisados sob a ótica da Produção de Conhecimento de Inteligência Financeira;

II - O COAF, com a utilização de metodologias, ferramentas, sistemas e mecanismos próprios, analisará os dados e informações recebidos;

III - Após a análise, se concluída pela existência de fundados indícios do cometimento de ilícitos, o COAF produzirá Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e, exclusivamente por meio eletrônico na plataforma do Sistema Eletrônico de Intercâmbio (SEI-C), os encaminhará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, nos termos definidos no art. 15 da Lei nº 9.613, de 1998; e

IV - No prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento da parceria, o COAF apresentará à Senasp informações gerenciais sobre os Relatórios de Inteligência Financeira produzidos e difundidos no interesse das ações pactuadas no âmbito do presente instrumento de cooperação, dentre as quais: quantidades de relatórios produzidos, unidades da federação envolvidas, instituições das autoridades competentes destinatárias, número de pessoas relacionadas, práticas de lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP) evidenciadas, montantes de valores envolvidos no período considerado.

8.6. **Metodologia de Execução e acompanhamento das atividades do programa**

8.6.1. Os servidores mobilizados pela Senasp em atuação no COAF durante as ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira, a partir do conhecimento teórico absorvido, desenvolverão blocos de atividades práticas, que poderão ser divididos em 4 (quatro) etapas, executadas de forma separada ou concomitante, a saber:

I - **Primeira etapa – Instrumentalização e Integração** – consiste no conhecimento da legislação referente a lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da

proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP) dos órgãos e entidades envolvidos nesta temática e de medidas, metodologias, tecnologias, práticas, sistemas, ferramentas e instrumentos utilizados pelo COAF e/ou pela Senasp para o cumprimento de suas atribuições institucionais;

II - **Segunda etapa – Desenvolvimento Prático** – consiste em atividades operacionais relacionadas a lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), por meio da produção de conteúdo de uso prático, a exemplo de documentos, estudos, modelos, metodologias, tecnologias e sistemas utilizados pelo COAF e/ou pela Senasp para o cumprimento de suas atribuições institucionais;

III - **Terceira etapa – Desenvolvimento Analítico** – envolve a análise, crítica e eventuais propostas relacionadas a normas e procedimentos relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), bem como o acompanhamento de proposições e medidas que possam ser adotadas pelo COAF e/ou pela Senasp, em observância às diretrizes do Acordo; e

IV - **Quarta etapa – Participação Institucional** – inclui a interação com outros órgãos e entidades, a participação em capacitações e em eventos relacionados a lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), em observância ao objeto do Acordo.

8.7. Indicadores de Qualificação Profissional

8.7.1. No decorrer da execução das ações pactuadas no Acordo e detalhadas neste Plano de Trabalho, o desempenho dos servidores policiais mobilizados pela Senasp será avaliado segundo os seguintes critérios:

I - aplicação do conhecimento e de medidas, metodologias, tecnologias, práticas, sistemas, ferramentas e instrumentos utilizados pelo COAF e/ou pela SENASP para o cumprimento de suas atribuições institucionais;

II - capacidade de análise, crítica e proposições relacionadas a normas e procedimentos relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), que possam ser adotadas pelo COAF e/ou pela Senasp, em observância às diretrizes do Acordo;

III - iniciativa e proatividade na execução das ações pactuadas no Acordo e neste Plano de Trabalho;

IV - participação em atividades rotineiras desenvolvidas para o cumprimento do objeto do Acordo;

V - participação em atividades excepcionais desenvolvidas para o cumprimento do objeto do Acordo;

VI - participação em capacitações e em eventos relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), em observância ao objeto do Acordo;

VII - assunção de responsabilidades na execução das ações pactuadas no Acordo e neste Plano de Trabalho;

VIII - interação com os servidores do COAF no desenvolvimento das ações pactuadas no Acordo e neste Plano de Trabalho; e

IX - interação com outros órgãos e entidades em observância ao objeto do Acordo.

8.8. Indicadores de Produção de Conhecimento

8.8.1. Ao final de sua participação em Programa de Aperfeiçoamento de Produção de Conhecimento em Inteligência Financeira, o COAF enviará à Senasp relatório que deverá conter:

- I - a descrição das atividades desenvolvidas pelo servidor policial mobilizado no período considerado; e
- II - a quantidade de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) em relação aos quais o referido servidor tenha contribuído para elaboração.

9. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

9.1. Ficam a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras incumbidos pelo gerenciamento e execução deste Plano de Trabalho, anexo ao Acordo de Cooperação Técnica, por meio dos respectivos Secretário e Presidente responsáveis a seguir indicados:

Partícipe 1: Secretaria Nacional de Segurança Pública

Gestor do Acordo: Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT)

Partícipe 2: Conselho de Controle de Atividades Financeiras

Gestor do Acordo: Coordenação-Geral de Inteligência Financeira (COINF)

- 9.2. A Coordenação do Acordo de Cooperação Técnica caberá ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e, no âmbito do MJSP, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).
- 9.3. A Coordenação Operacional, por parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, será realizada pela Coordenação-Geral de Inteligência Financeira (COINF).
- 9.4. A Coordenação Operacional, por parte do MJSP, será executada por intermédio da Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT), da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Senasp.

10. PLANO DE AÇÃO

10.1. Com o objetivo de garantir o cumprimento das ações pactuadas no Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024 neste Plano de Trabalho, a Senasp e o COAF deverão observar o detalhamento, prazos e responsáveis indicados na tabela a seguir

EIXO		AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Disponibilização de espaço físico para recebimento de mobilizados	Estruturar, disponibilizar e manter disponibilizados os espaços físicos necessários ao efetivo desenvolvimento das atividades previstas no Acordo.	COAF	dezembro/2024 a dezembro/2029
2	Mobilização ou designação de servidores policiais civis já mobilizados, com fulcro na Lei nº 11.473/2007, dentre aqueles previamente aprovados pelo COAF e que possuam expertise nas ações relacionadas ao cumprimento do objeto do Acordo.	Envio de ofícios aos Estados solicitando a indicação de servidor para o desenvolvimento das atividades previstas no Acordo.	SENASP	dezembro/2024 a dezembro/2029
		Seleção e recrutamento de servidores com base em critérios técnicos: análise curricular dos servidores policiais.		
		Providenciar a mobilização do servidor.		
3	Seleção de servidores policiais civis	Receber, analisar e apresentar resposta favorável ou não à proposta de mobilização ou designação de servidores já mobilizados pela Senasp para atuarem no desenvolvimento das	COAF	dezembro/2024 a dezembro/2029

		atividades relacionadas ao objeto do Acordo no âmbito do COAF.		
4	Coordenação das atividades no COAF	Indicar profissionais do COAF para o desenvolvimento/coordenação das atividades relacionadas ao objeto do Acordo.	COAF	dezembro/2024 a dezembro/2029
5	Promoção de treinamentos em temas relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e capacitação dos servidores mobilizados na produção de inteligência financeira.	<p>Intermediar junto aos órgãos parceiros da temática de inteligência financeira a inclusão dos servidores mobilizados para a participação de cursos, palestras, encontros técnicos, workshops, a exemplo da Febraban, Projeto Tentáculos (Polícia Federal), Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), Setores Econômicos Obrigados pela Lei nº 9.613/98 e demais atores.</p> <p>Início dos treinamentos sobre comunicações de operações suspeitas, regras sobre confecção de RIFs de Intercâmbio, RIFs Analíticos, procedimentos internos do órgão, manuseio de sistemas e demais treinamentos pertinentes.</p>	COAF	dezembro/2024 a dezembro/2029
6	Interação com as unidades investigativas dos Estados	<p>Promover as interações necessárias com os componentes organizacionais de Inteligência dos órgãos das unidades federativas responsáveis por eventuais investigações criminais relacionadas ao objeto do Acordo.</p> <p>Disponibilizar dados e informações vinculados a ilícitos criminais que mereçam ser analisados sob a ótica da Produção de Conhecimento de Inteligência Financeira.</p> <p>Estimular junto às autoridades policiais competentes o fornecimento de <i>feedback</i> sobre os Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) encaminhados pelo COAF.</p>	SENASP	dezembro/2024 a dezembro/2029
7	Análise e difusão de informações de inteligência financeira	<p>Analisar, com a utilização de metodologias, ferramentas, sistemas e mecanismos próprios, dados e informações recebidos no âmbito da execução das ações pactuadas no Acordo.</p> <p>Produzir Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) no âmbito da execução das ações pactuadas no Acordo e, exclusivamente por meio eletrônico na plataforma do Sistema Eletrônico de Intercâmbio (SEI-C), encaminhá-los às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, nos termos</p>	COAF	dezembro/2024 a dezembro/2029

		definidos no art. 15 da Lei nº 9.613, de 1998.		
8	Estímulo à troca de experiências com a Senasp, ressalvados os aspectos legais de sigilo, sobre padrões, métodos, tendências, tipologias e outras informações relativas à lavagem de dinheiro, em especial às relacionadas a organizações criminosas	<p>Aperfeiçoar os métodos e processos de produção de inteligência financeira a partir dos resultados colhidos durante a execução do Acordo de Cooperação Técnica.</p> <p>Ministrar palestras e/ou produzir material sobre a temática de inteligência financeira, incluindo tipologias identificadas e trabalhadas pelo COAF ao longo dos trabalhos realizados.</p>	COAF	dezembro/2024 a dezembro/2029
9	Intercâmbio de inteligência estratégica	Realização de análises e estudos estratégicos conjuntos, notadamente quanto ao monitoramento e identificação de ameaças e tipologias de lavagem de dinheiro relacionadas aos objetivos do Acordo, inclusive com vistas à propositura de leis e normas infralegais destinadas ao fortalecimento do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro nacional.	COAF e SENASP	dezembro/2024 a dezembro/2029
10	Buscar o aprimoramento	Buscar o aprimoramento da metodologia de produção de conhecimento de inteligência financeira a partir das informações disponíveis nos <i>feedbacks</i> fornecidos pelas autoridades competentes.	COAF e SENASP	dezembro/2024 a dezembro/2029
11	Aferição de resultados	Apresentação à Senasp, no prazo de até 90 dias antes do encerramento da parceria, informações gerenciais sobre os Relatórios de Inteligência Financeira produzidos e difundidos no interesse das ações pactuadas no âmbito do Acordo.	COAF	outubro/2029 a dezembro/2029

11. VIGÊNCIA

11.1. O início da execução das ações detalhadas neste Plano de Trabalho se dará a partir da assinatura do Acordo e terá a duração de 60 (sessenta) meses, prorrogável por meio de aditivo.

12. APROVAÇÃO PELOS PARTÍCIPES

12.1. APROVADO, após análise técnica.

12.2. E, por acharem, assim, justos e acordados, assinam eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, o presente Plano de Trabalho:

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

MARIO LUIZ SARRUBBO
Secretário Nacional de Segurança Pública

RICARDO LIÃO
Presidente do Conselho de Controle de
Atividades Financeiras

ANEXO II

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO

Nome do Participante:	
Cargo ou função:	Matrícula:
CPF:	Identidade:
Endereço:	Telefone:
Data de início do Programa:	
Data prevista de término de participação no Programa:	
Carga horária semanal de trabalho:	

**Dados pessoais necessários para cadastro funcional e em sistemas informatizados utilizados pelo Coaf.*

DECLARO E COMPROMETO-ME:

I - a conhecer e concordar com os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024, celebrado entre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que tem por objeto aperfeiçoar a produção de conhecimento em inteligência financeira do país, com especial atenção ao previsto sobre:

- a) as atividades dos servidores mobilizados;
- b) da operacionalização;
- c) do sigilo e das medidas de salvaguarda; e
- d) da disciplina.

II - estar ciente de minhas responsabilidades enquanto participante das ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência, comprometendo-me a observar todas as normas legais e/ou administrativas a que estão sujeitos os agentes públicos em exercício no COAF, notadamente em relação à manutenção do sigilo legal, inclusive o sigilo das informações bancárias, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de dados Pessoais – LGPD), conforme aplicável, sobre qualquer dado ou informação eventualmente obtidos na realização de atividades no Conselho, mesmo após a conclusão do Programa de Aperfeiçoamento, na forma da legislação.

III - estar ciente das normas gerais relativas à segurança da informação no âmbito do Coaf estão consignadas em sua Política de Segurança da Informação e Comunicação (Posic) vigente, a cujo inteiro teor tiver acesso; e

IV - estar ciente de que a inobservância das regras de confidencialidade ou restrição de acesso a informações ou ativos de informação do COAF e ações que violem a Posic poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, sanções administrativas, civis e penais, inclusive as previstas em disposições como as dos arts. 153, § 1º-A, e 325 do Código Penal^[1], assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

V - a cumprir as regras, diretrizes, determinações e recomendações contidas na mencionada Posic e na legislação correlata, responsabilizando-me pelo uso que fizer de ativos de informação do COAF e de informações relacionadas à realização de atividades no contexto do Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024.

Brasília, _____ de _____ de 20XX.

Assinatura do servidor policial mobilizado

O servidor acima qualificado fica incluído nas ações de aperfeiçoamento da produção de conhecimento em inteligência financeira, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 73/2024, celebrado entre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Brasília, _____ de _____ de 20XX.

Diretor de Operações Integradas e de Inteligência da
Senasp

Diretor de Inteligência Financeira do COAF

[1]

Divulgação de segredo

Art. 153 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, de trezentos mil réis a dois contos de réis.

§ 1º Somente se procede mediante representação. [parágrafo único renumerado pela Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000]

§ 1º-A. Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública: [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

§ 2º Quando resultar prejuízo para a Administração Pública, a ação penal será incondicionada. [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

[...]

Violação de sigilo funcional

Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem: [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

I - permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública; [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

II - se utiliza, indevidamente, do acesso restrito. [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem: [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. [incluído pela Lei nº 9.983, de 2000]

Referência: Processo nº 08020.007945/2024-10

SEI nº 30118111